

<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/raead>

ISSN: 2357-7843

DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR POR MEIO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Autor 1¹: Vânia Pires Ferreira Barreto

Autor 2²: Laércio Ferreira Araújo

Resumo: A Educação a Distância (EAD) no Brasil teve seu início em 1941 com a distribuição de material impresso, via correio. No ano de 1996, a EAD ressurgiu como alternativa de diversificação do sistema de ensino e como política para democratizar o acesso, sofrendo durante os anos seguintes várias alterações constitucionais no âmbito legal e de forma de atuação. Vários autores encontrados nessa revisão analisam a rápida expansão da EAD, com algumas divergências de opinião quanto ao uso dessa nova “modalidade”. O presente trabalho tem por objetivo realizar uma revisão integrativa no site dos Periódicos da Capes, na intenção de buscar na literatura científica evidências da EAD como alternativa de democratização do Ensino Superior no Brasil aliado ao uso de novas tecnologias.

Palavras-chave: Educação a Distância. Democratização. Tecnologias em EAD.

1. INTRODUÇÃO

Um dos marcos da modalidade de Educação a Distância (EAD) no Brasil deu-se com o início nas atividades do Instituto Universal Brasileiro, em 1941. E concentravam as atividades na distribuição de material impresso, via correio. Depois, outros projetos foram desenvolvidos para distribuição em rádio e televisão. Por exemplo, o projeto Minerva, Ipê, Telecursos, entre outros (SCHLÜNZEN JUNIOR, 2009).

No ano 1996, no Art. 80, da Lei nº 9.394, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação a Distância (EAD) é tratada como uma das alternativas de diversificação do sistema de ensino. Concentrado em universidades públicas, muitos

¹ Pós Graduação em Alfabetização e Letramento pela UNEB. Graduação em Pedagogia pela Universidade Católica de Brasília e em Letras pela UNIGRAN.

² Técnico em Programação de Computadores pelo SENAI. Graduando do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas na Universidade Católica de Brasília.



projetos de educação semipresencial iniciaram as atividades voltados para certificação de professores de Ensino Fundamental. Assim, surgiu uma demanda por políticas públicas que tentava definir melhor o campo de atuação da EAD.

A regulamentação geral dessa modalidade de ensino foi aprovada pelo Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Nessa regulamentação estão englobados e sistematizados os procedimentos legais emitidos desde a promulgação da lei de 1996.

O Plano Nacional de Educação apresenta a EAD como forma de acelerar o cumprimento de dois compromissos desse Plano, em relação à Educação Superior: “prover até o final da década a oferta de educação para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos” e “estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do país”.

Segundo Segenreich (2009), a rápida expansão da EAD na rede privada provocou inúmeras críticas, que seria consequência do processo de privatização, decorrente da interferência de órgãos internacionais, e isso seria prejudicial à educação brasileira. Já conforme Pereira (2009), com uma análise mais sociológica, propõe uma explicação para essa rápida expansão:

O ensino superior constitui-se como um meio extremamente lucrativo para o capital, e ao mesmo tempo, destaca-se pelo seu papel na disseminação ideológica da sociabilidade colaboracionista, através da formação de intelectuais colaboradores e empreendedores, sob a ótica do capital. (PEREIRA, 2009, p. 271).

Outros autores mais otimistas afirmam que a EAD é a lógica solução para atender à demanda reprimida da educação superior, chegando até os alunos nas regiões mais remotas do país, porque apenas 40% dos municípios brasileiros têm universidades, faculdades ou centros universitários com cursos presenciais. E ajudaria também os brasileiros que moram em qualquer parte do mundo, além dos 14% da população com necessidades especiais (LITTO, 2009, p. xxx).

Portanto, a necessidade de desenvolver mais pesquisas em EAD justifica-se pelo ritmo crescente do uso dessa modalidade educacional e das poucas pesquisas existentes. Na análise da pesquisadora Abbad (2010) sobre a eficácia do *e-learning* e do *blended learning*, a serem discutidas no artigo, aplicável também a outras tecnologias, concluiu-se que:

O ritmo das pesquisas é incompatível com o acelerado crescimento desse tipo de aprendizagem em organizações. Além disso, a produção é dispersa e fragmentada, tornando difícil a comparação entre os resultados dos estudos e lento o avanço do conhecimento sobre aprendizagem a distância em organizações. (ABBAD, 2010, p. 297).

Apesar dessa dificuldade de unificar as produções existentes, o presente estudo tem por objetivo buscar na literatura científica evidências da EAD como alternativa de democratização do Ensino Superior no Brasil. Organizando-as em duas categorias principais: a EAD como política educacional e as novas ferramentas tecnológicas da EAD.

2. EAD: UMA POLÍTICA EM EXPANSÃO

O entendimento da rápida expansão da EAD perpassa pela análise da ideologia neoliberalista. Corrente esta, que direcionam os bens públicos e os países para o mercado, com isso se perdem as ações do estado de bem-estar social. Logo, geram sociedades mais desiguais e estáticas. Na educação, a situação atual é crítica porque há uma vinculação ao mercado somado a uma limitação política.

Diante dessa situação, Giolo (2010) aponta uma contradição na importância política da esfera privada na EAD:

Os interesses privados nunca foram meros expectadores da política educacional, muito menos no período recente. Enquanto o poder público formulava propostas para titular docentes (buscando atender ao disposto na LDB) e auxiliar, a distância, os professores que atuavam presencialmente, envolvidos em toda a sorte de dificuldades, a iniciativa privada foi montando suas trincheiras de disputa política. (GIOLO, 2010, p. 1278).

E essa disputa política se institucionaliza com a criação da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), em 20 de junho de 1995, e da formação da Frente Parlamentar de Apoio à Educação a Distância, em 14 de setembro de 1999. Com objetivos comuns, caminharam para uma maior flexibilização da legislação que regula a EAD, retraindo as estruturas rígidas de avaliação e controle.

O Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 e o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 possuem traços dos interesses privados por não trazerem itens regulatórios e avaliativos.

Uma ação de caráter público foi a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação no ano 2005, com oficialização através do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Essa iniciativa teve finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Para Gomes (2013), a implantação da EAD no Brasil é denominada como “mais do mesmo”. Ele aponta uma capilarização da UAB com carências de especialistas em EAD nos polos e indica uma proliferação de instituições privadas, cursos, e “metodologias” de ensino que se assemelham no barateamento dos cursos e na simplificação do processo didático-pedagógico como um todo. Criando assim um contraponto, de um lado, polos universitários em locais onde a infraestrutura é bastante precária e, do outro, o “ensalamento” de alunos em cursos a distância monitorados quase exclusivamente por tutores, com vistas ao lucro fácil obtido pela oferta em escala.

É preciso, portanto que as iniciativas em EAD sigam princípios éticos e de qualidade e, nesse sentido, a legislação reguladora e fiscalizadora podem garantir esses princípios para instituições tanto públicas quanto privadas.

3. FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS

Os alunos de hoje assumem uma posição mais proativa na construção do conhecimento, não mais recebendo o conhecimento do professor apenas. Essa mudança no perfil dos alunos somada com as constantes mudanças na sociedade justifica o uso de novas tecnologias na EAD. Apesar dessa necessidade, deve-se ter a cautela apontada por Oliveira (2010):

Uma instituição que trabalha com EAD precisa analisar as tecnologias a serem utilizadas nos cursos por ela oferecidos, uma vez que qualquer que seja a tecnologia a ser usada, ela necessita estar em perfeita sintonia com a concepção de educação, com as formas de trabalho propostas, com a realidade da própria instituição e dos estudantes. Assim, a tecnologia por si só não garante nenhum resultado, pois ela faz parte de um todo que precisa funcionar de forma coerente e proveitosa. (Oliveira, 2010, p. 235).

O *e-learning* é a aprendizagem apoiada por recursos de internet combinada com outras tecnologias e mídias: tecnologia multimídia, vídeo, áudio, comunicação por

satélite, etc. Essa tecnologia pode ter metodologia síncrona e assíncrona e os participantes não precisam estar unidos geograficamente.

Já o *blended learning* é a tecnologia que combina aprendizagem face a face com aprendizagem mediada pela internet. Nessa modalidade, há uma necessidade de reestruturação dos cursos para redução do tempo em sala de aula.

Os autores Martins; Andujar; Gariba (2002, p.10) apresentam a experiência do Laboratório de Ensino a Distância (LED) da Universidade Federal de Santa Catarina com estratégias e metodologias de EAD em ambientes multimídias integrados por redes de comunicação. São pioneiros em nível de Pós-graduação, e são reconhecidos pelo Ministério da Educação como líderes na produção científica nacional na área. O modelo pedagógico foi desenvolvido por um grupo multidisciplinar de pesquisadores: pedagogos, engenheiros, profissionais da área da comunicação e computação.

O processo de aprendizagem, no LED, consegue integrar o *e-learning* com *blended learning*, fazendo um sistema misto. A união do modelo convencional de aulas presenciais e o modelo de aulas virtuais, pelo uso de tecnologias, como vídeo conferência, internet, fax, telefone e correios, possibilita que o aluno aprenda individualmente ou em grupo.

A grande vantagem desse sistema de mídias integradas em EAD é a interatividade através do *feedback* ao aluno, assim como mecanismos de colaboração.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) proporcionam a flexibilização do tempo, quebra de barreiras espaciais, emissão e recebimento instantâneo de materiais. No artigo de Almeida (2003, p. 330), há a divisão das TIC em três tipos: *broadcast*, virtualização da sala de aula presencial e "estar junto virtual".

Na abordagem *broadcast*, a tecnologia computacional é empregada para "entregar a informação ao aluno" da mesma forma que ocorre com o uso das tecnologias tradicionais, como o rádio e a televisão.

A virtualização da sala de aula presencial pretende transferir para o meio virtual o paradigma do espaço-tempo da aula e da comunicação bidirecional entre o professor e os alunos.

O “estar junto virtual” é a aprendizagem assistida por computador (AAC), que explora as potencialidades interativas das TIC propiciada pela comunicação multidimensional, que aproxima os emissores dos receptores dos cursos, e permite criar condições de aprendizagem e colaboração.

Na publicação de Almeida (2003) é apresentada a necessidade de criar um ambiente que favoreça a aprendizagem significativa em que a TIC sejam mecanismos de suporte, nessa linha a autora conclui:

Utilizar as TIC como suporte à EAD apenas para pôr o aluno diante das informações, problemas e objetos do conhecimento pode não ser suficiente para envolvê-lo e despertar nele tal motivação pela aprendizagem levando-o a criar procedimentos pessoais que lhe permitam organizar o próprio tempo para estudos e participação das atividades, independente do horário ou local em que esteja. (ALMEIDA, 2003, p. 330).

O recurso hipertexto constitui uma leitura não linear na tela do computador, que se dá por indexações, conexões entre ideias e conceitos articulados por meio de links (nós e ligações) que conectam informações representadas por diferentes linguagens e formas. A vantagem desse tipo de tecnologia é o fornecimento de um leque de possibilidades ao leitor direcionado pelos seus interesses e necessidades, criando uma identidade de rotas e sequências.

Outra ferramenta para o ensino em EAD, é a *WebQuest*. Segundo Bottentuit Junior (2011), essa ferramenta consiste em uma atividade didática, estruturada de forma que os alunos se envolvam no desenvolvimento de tarefas de investigação, utilizando os recursos da Internet. Ou seja, são atividades preparadas pelos docentes, onde a maioria dos recursos para resolver as tarefas pode ser encontrada na Internet. Caso o assunto não possua uma riqueza de referências virtuais, podem ser associados materiais impressos, bem como ser o professor a desenvolver novos materiais para disponibilizar na Web. Essas atividades devem ser bem elaboradas (onde haja necessidade de relacionar ideias, debater, discutir, dramatizar, produzir textos e narrativas). Seguindo os mesmos princípios há a possibilidade de integrar *WebExercises* com desenvolvimento de habilidades de nível inferior (lembrar, entender, aplicar).

A integração de múltiplas mídias, linguagens e recursos são reunidos nos ambientes digitais de aprendizagem, destinados ao suporte das atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Segundo Almeida (2003), para

desenvolver a educação a distância com suporte em ambientes digitais e interativos de aprendizagem torna-se necessária a preparação de profissionais que possam implantar recursos tecnológicos (software) condizentes com as necessidades educacionais, o que implica estruturar equipes interdisciplinares constituídas por educadores, profissionais de design, programação e desenvolvimento de ambientes computacionais para EAD, com competência na criação, gerenciamento e uso desses ambientes, semelhante ao grupo já apresentado do Laboratório de Ensino a Distância (LED) da Universidade Federal de Santa Catarina.

4. METODOLOGIA

Dado o objetivo de caracterizar a Educação a Distância com o potencial de democratização do Ensino Superior no Brasil, foi realizada uma revisão bibliográfica integrativa. Esse método proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados significativos na prática (SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de, 2010).

A revisão foi realizada em cinco fases: elaboração da pergunta norteadora com definição de descritores da busca, amostragem na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos e discussão dos resultados.

A pesquisa foi feita na base de dados do portal Periódicos da Capes, com o descritor "Educação a Distância". A busca realizada no dia 28 de setembro de 2013 encontrou 93 artigos completos de acesso livre. Destes, após a leitura dos respectivos resumos, foram coletados 18 artigos que tinham temáticas relacionadas à legislação, ferramentas tecnológicas e o histórico da acessibilidade da EAD no Brasil, todas com o viés da democratização do ensino superior.

A seleção dos artigos seguiu critérios de inclusão e exclusão discriminados na tabela 1, abaixo:

Tabela 1 - Critérios de Inclusão e Exclusão para seleção dos resumos.

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
• Periódicos completos disponibilizados com acesso livre. • Ter tópicos relacionados à Educação a Distância; Educação superior; Educação; Aprendizado a Distância; "E-learning".	• Trabalhos que fogem à tipologia do artigo científico (livros, atlas de congressos, resenhas e outros recursos textuais). • Tópicos relacionados à Formação de Professores; Internet; Treinamento de

Idiomas: Inglês; Português e Espanhol.	Professores; Tutoria; Avaliação Educacional; Assessoria Educacional. Resumos repetidos.
--	--

5. RESULTADOS E DISCURSÃO

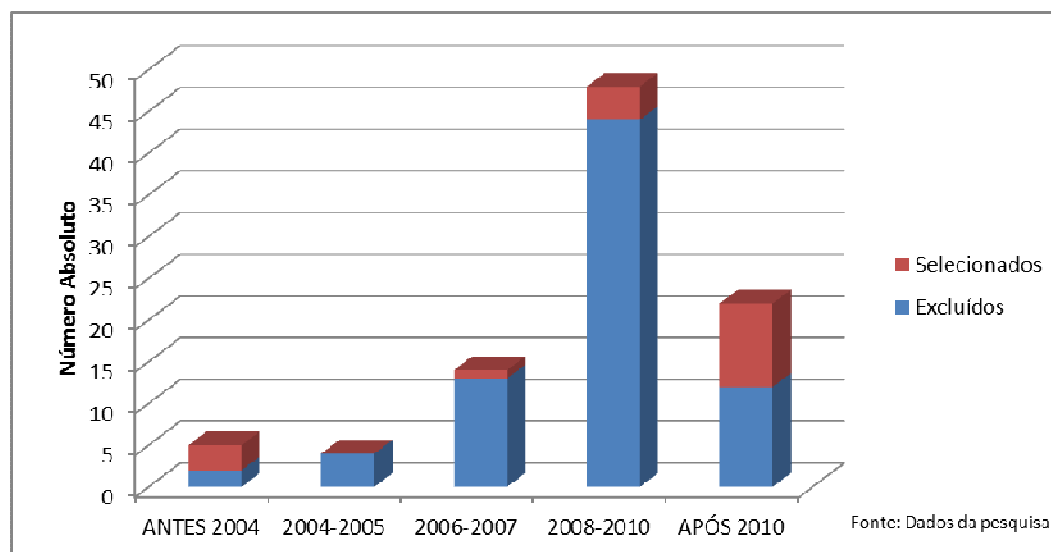
Os resultados da pesquisa serão apresentados a seguir, por meio de uma análise crítica e descritiva dos 18 artigos selecionados e do conjunto de resumos da busca inicial. Não foi realizado recorte temporal na seleção, entretanto só foram encontrados cinco artigos anteriores a 2004, e destes somente três foram selecionados.

A figura 1 apresenta o total de 98 resumos, separado por duas categorias: artigos selecionados para a leitura completa e resumos excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão e exclusão. Esses dados foram categorizados por períodos de publicação.

Na análise de artigos por ano de publicação, representada pela figura 1, mostra que a maioria dos artigos publicados com tema relacionado à educação a distância disponíveis no site dos Periódicos da Capes estão concentrados nos períodos de 2008-2010 com um total de 48 resumos. Apesar disso, a maioria dos artigos selecionados para a leitura completa foi publicada após 2010.

Uma hipótese para a baixa representação das publicações anteriores a 2005 com a temática em estudo é a inexpressividade das ações de EAD desenvolvidas no Brasil.

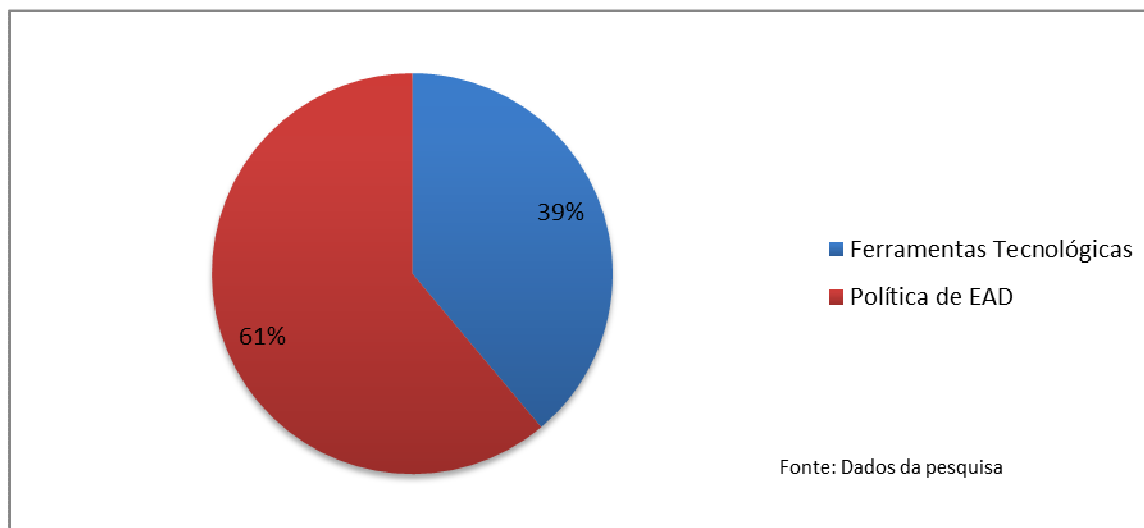
Figura 1 - Quantidade de artigos publicados por períodos sobre EAD.



Fonte: Dados da pesquisa.

Além da análise por períodos de publicação, os artigos foram categorizados por proximidade temática. Conforme a figura 2, foram encontrados 7 artigos (39% da amostra total) que tratavam de “Ferramentas Tecnológicas”, os outros 11 artigos (61% da amostra final) associavam-se à categoria “Política de EAD”.

Figura 2 - Categorização temática dos estudos selecionados.



Fonte: Dados da pesquisa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações tratadas aqui mostram que a EAD no Brasil está em processo de consolidação, com alguns objetivos incompletos no que se refere à precarização dos estudos e formação. Existe também uma lacuna na legislação brasileira do âmbito regulatório e avaliativo dos cursos EAD existentes.

A EAD precisa de uma reforma que melhor integre-a nas instituições escolares, tratando-a não somente como uma abordagem, uma modalidade, um ramo lucrativo ou uma oportunidade flexível de acesso à universidade. Porém, os novos paradigmas não podem valer apenas para uma “modalidade” educacional; essa dicotomia é inadmissível e improdutiva.

As reformas necessárias na EAD são complexas, lentas e precisam contemplar a formação de professores, alunos e gestores como apontados por Gomes (2013):

[...] em termos macroestruturais, as mudanças nos paradigmas educacionais são necessárias e urgentes, mas não acontecerão da noite para o dia; pelo contrário, a instituição escolar tende a ser conservadora

e as “inovações” em termos de práticas pedagógicas, muitas vezes, surgem atrasadas, desconexas, envoltas num certo fetiche tecnológico e ainda desacompanhadas da necessária formação dos professores e, por que não dizer, dos alunos e dos gestores também? De fato, subverter “verdades canônicas” e “certezas dogmáticas” não é tarefa fácil, até porque há séculos de história por trás da universidade que não pode ser desconsiderada [...]. (GOMES, 2013, p.20).

De modo pontual e com base nas evidências científicas levantadas, a EAD no Brasil necessita de: desenvolvimento de padrões de qualidade nos sistemas, seja no setor público ou privado; utilização eficaz das TIC com métodos e padrões inovadores; necessidades de recursos humanos, principalmente na capacitação docente de programas de interiorização; e aproveitar a experiência de instituições de referência.

UNDERGRADUATE LEVEL DEMOCRATIZATION THROUGH THE NEW TECHNOLOGIES OF DISTANCE LEARNING: AN INTEGRATIVE REVIEW

Abstract: Distance Learning (DL) in Brazil had its beginning in 1941 with the distribution of printed materials by mail. In 1996, EAD resurfaces as an alternative for diversification of the education system and as a way to democratize access policy, suffering during the following years several constitutional changes in the legal context and way of operating. Many authors analyze the rapid expansion of distance education, with some divergence of views concerning the use of this new "modality of education." This work aims to conduct an integrative review of the Periódicos da Capes website, looking in the scientific literature an evidence of DL as a democratization alternative of undergraduate level in Brazil allied with the use of new technologies.

Keywords: Distance Learning. Democratization. Technologies in Distance Learning.

Referências Bibliográficas

ABBAD, GS; ZERBINI, T; SOUZA, DBL. Panorama das pesquisas em educação a distância no Brasil. **Estudos de Psicologia**, v. 15, n.3, set./dez. 2010.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. Educação a distância na internet: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n.2, p. 327-340, jul./dez. 2003.

GIOLO, Jaime. Educação a distância: tensões entre o público e o privado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1271-1298, out./dez. 2010.

GOMES, Luiz Fernando. EAD no Brasil: Perspectivas e desafios. **Revista Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 13-22, mar. 2013.

BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista; COUTINHO, Clara Pereira. A WEBQUEST na EAD: Rompendo a barreira do isolamento em cursos na modalidade a distância. In: ESUD 2011 – VIII Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. **Anais...**Ouro Preto, out. 2011.

SCHLÜNZEN JUNIOR, Klaus. Educação a distância no Brasil: caminhos, políticas e perspectivas. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.10, n.2, p.16-36, jun. 2009.

LITTO, Fredric M. O retrato frente/verso da aprendizagem a distância no Brasil 2009. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.10, n.2, p.108-122, jun. 2009.

MARTINS, A. A. M. M; ANDUJAR, A. M.; GARIBA, C. M. S.; et. al .Um enfoque empreendedor para a educação a distância: LED/UFSC. **Revista Produção On line**, v. 2, n. 1. Jun. 2002.

OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. Perspectivas para a educação a distância no Brasil: referenciais de qualidade, releituras e trajetórias. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v. 4, n. 2, p. 225-240, nov. 2010.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277, jul./dez. 2009.

SEGENREICH, Stella C. D. ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do Ensino Superior. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 205-222, mai./ago. 2009.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Revista Einstein**, v. 8, n.1, Pt 1, p. 102-6, 2010.